

PT quer afrouxar política econômica em 2004

Proposta do diretório do partido é dar prioridade à retomada do desenvolvimento

MARIANA CAETANO

Se depender do diretório nacional do PT, o governo Luiz Inácio Lula da Silva deverá afrouxar as amarras da política econômica em 2004 para priorizar a retomada do desenvolvimento, a geração de emprego e a distribuição de renda. Dará início a uma "ampla reforma gerencial do Estado" e, entre outras recomendações, deverá ampliar o combate à violência e à corrupção. As medidas fazem parte do balanço do governo elaborado pelo campo majoritário – tendência que reúne Lula, o presidente do PT, José Genoino, e a maioria dos membros do diretório nacional. No sábado, o diretório deverá aprovar uma das oito teses apresentadas pelas diferentes tendências do partido sobre a avaliação do governo.

A tese do campo majoritário "O governo Lula e as perspectivas para 2004", se respeitada a distribuição de forças na cúpula do partido, deverá ser aprovada com 66% dos 84 votos. O texto disputa o direito de representar o partido com outras sete teses assinadas pelas tendências O Trabalho, Democracia Socialista, Articulação de Esquerda, Movimento PT, Ação Democrática, Brasil Socialista e Tendência Marxista.

As correntes mais à esquerda no espectro petista, como O Trabalho e Tendência Marxista, propõem a ruptura total com o modelo de governo ado-

tado até agora. O Trabalho prega o abandono das negociações para a criação da Alca, bem como o cancelamento do acordo com o FMI: "Não há reforma agrária, o desemprego bate recordes e cai a renda dos assalariados, enquanto continua a deterioração dos serviços públicos. O brasileiro se prepara para um 'Natal Zero' em 2003."

A tese da DS fala em "subordinação" do partido. "Uma dinâmica passiva do PT e dos partidos de esquerda, bem como da maioria do povo e dos seus movimentos sociais, resulta no grande risco de assistir ao sucesso da articulação das classes dominantes, sobretudo as suas frações ligadas ao capital financeiro, no seu objetivo de condicionar os limites de mudança a partir do governo – o que conseguiram fazer até agora."

PARTIDO SUGERE AMPLA REFORMA DO ESTADO

Estratégico – O documento do campo majoritário faz uma análise positiva do primeiro ano de governo. Descreve a política econômica adotada até agora como uma espécie de "mal necessário", mas decreta que é hora de mudar. "O governo deve conferir o sentido de um projeto estratégico às suas ações" para retomar o crescimento, gerar emprego, distribuir renda, melhorar a qualidade do ensino, da saúde e diminuir a violência. Os parâmetros desse projeto estão no programa e nas diretrizes de governo, sustenta o documento:

"O que falta é aprofundar e traduzir de forma prática esse projeto, dando-lhe sentido de unidade e visibilidade em marcas, metas e objetivos de governo."

"Considerando os êxitos alcançados até aqui e levando em



Protesto em São Bernardo: 2 mil funcionários de uma montadora interditam pista da Anchieta

conta o programa da eleição do presidente Lula, o PT propõe que o governo faça uma inflexão maior na política econômica no sentido de priorizar as tarefas e as medidas voltadas para retomada do desenvolvimento", segue o documento. Na definição do secretário de Organização do PT, Sílvio Pereira, "é hora de ser progressista dentro do conservadorismo da política econômica".

O partido deverá cobrar do governo maior investimento, especialmente em infra-estrutura. Assim, o PT reforça a pressão para que o Orçamento do ano que vem não sofra contingenciamento. A área social é outro foco de atenção. "O conjunto de tropeços no começo do governo nessa área já começa a ser superado, mas está claro que precisamos mostrar mais resultado e ter um enfoque de longo prazo", diz Pereira.

BALANÇO E PERSPECTIVA

As principais correções de rumo do governo Lula defendidas pela maioria moderada da direção petista para 2004

■ Garantida a estabilidade econômica e política, é hora de o governo priorizar a retomada do crescimento, favorecer a geração de emprego e a recuperação da renda. Essa deve ser a principal política social do governo e a política econômica deve se adaptar a essa necessidade

■ O PT sugere a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, interagindo com as centrais sindicais, visando estudar medidas específicas para a geração de emprego

■ Ampliar os investimentos do governo, especialmente em infra-estrutura, e garantir as condições para o investimento privado, com queda mais forte das taxas de juros e perspectiva de crescimento do PIB em 3,5% a 4%.

■ O governo deve iniciar uma ampla reforma gerencial do Estado. Ministérios devem imprimir "mais operacionalidade e eficácia a suas ações, devem definir agendas mais executivas e de maior visibilidade".